



REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA AJUDA POPULAR DA NORUEGA
PROVÍNCIA DE INHAMBANE – DISTRITO DE INHASSORO
31 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 2023

HARMONIZAR PARA FORTALECER A ACTUAÇÃO DAS PARTES



Elaborado por: Cremildo Zonduane

Inhassoro, 02 Novembro de 2023

ÍNDICE

Conteúdo	Pág.
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	3
1 INTRODUÇÃO (Contextualização e objectivos)	4
1.1 Objectivos da Reunião	5
1.2 Participantes	5
2 DESENVOLVIMENTO	6
2.1 Metodologia do trabalho	6
2.2 Primeiro dia	7
2.3 Segundo dia	7
2.4 Terceiro dia	8
2.5 Abertura da reunião	8
2.5.1 Notas de boas Vindas	9
2.6 Apresentações	10
2.6.1 Apresentação do projecto MOZ18/0001-Agricultura de Conservação (Zeca	11
2.6.1.1 Desafios e respostas	12
2.6.2 Apresentação da UPCT-Agricultura de Conservação e Mudanças Climáticas	12
2.6.2.1 Actividades realizadas	12
2.6.2.2 Indicadores	12
2.6.2.3 Resultados	13
2.6.2.4 Desafios	13
2.6.3 Apresentação da LDH-Tete-Apoio Legal as Associações Camponesas (Júlio	13
2.6.3.1 Actividades desenvolvidas	13
2.6.3.2 Desafios	14
2.6.3.3 Lições Aprendidas	14
2.6.4 Apresentação da AAAJC-Advocacia na Agricultura de Conservação (Stela Matola)	14
2.6.4.1 Actividades realizadas	14
2.6.4.2 Resultados	14
2.6.4.3 Lições aprendidas	15
2.6.4.4 Desafios	15
2.6.5 Apresentação do Projecto NORAD-SC-Espaço para Participação da Sociedade Civil (Tcheize Mutemba)	16
2.6.5.1 Desafios	16
2.6.5.2 Compromissos da APN	17
2.6.6 Apresentação da UNAC-Actualização do processo da aprovação da nova	17

RELATÓRIO DA REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA APN

2.6.6.1 Ganhos resultantes deste processo	17
2.6.7 Apresentação da ACOORD-Experiência da Gestão dos 2,75% e Desafios com a	18
2.6.8 Segundo dia (01 de Novembro)	18
2.6.8.1 Intervenção do director geral da APN (Cláudio feo)	18
2.6.8.1.1 Propostas de intervenção da APN	19
2.6.8.2 Apresentações	20
2.6.8.2.1 Apresentação do Projecto de emergência-Cabo delgado-Segurança Alimentar e	20
2.6.8.2.1.1 Actividades	20
2.6.8.2.1.2 Resultados	20
2.6.8.2.1.3 Desafios	20
2.6.8.2.2 Apresentação UPCCD-Coesão social e impacto do apoio humanitário-cabo	20
2.6.8.2.2.1 Coesão social	21
2.6.8.2.3 Apresentação da APN-Rede de parceiros da APN-governo e outros actores	21
2.6.8.2.3.1 Prazos para submissão de relatórios	21
2.6.8.2.3.2 Pontos positivos	21
2.6.8.2.3.3 Desafios	22
2.6.8.2.4 Assembleias provinciais e autoridades locais (governo) – relatórios e planos	22
2.6.8.2.5 Assuntos transversais: acções nas organizações e nas comunidades locais	23
2.6.8.2.6 Apresentação sobre Género: ao nível das organizações e nos projectos (Dra.	23
2.6.8.2.6.1 Género	23
2.6.8.2.6.2 Igualdade de género	23
2.6.8.2.6.3 Análise de género	24
2.6.8.2.6.4 Género nas organizações	24
2.6.8.2.7 Preparação e protecção para o conflito – protecção civil durante a guerra e	25
2.6.8.2.7.1 Resultados do projecto	25
2.6.8.2.7.2 Recomendações técnicas para a equipa de finanças-APN	25
2.6.8.2.7.3 Ligação programas & finanças	26
2.6.8.2.8 Encerramento do dia (Cláudio Feo)	26
2.6.8.2.9 Terceiro dia (02de Novembro)	27
2.6.8.2.9.1 Encontro com o representante da Sasol para área social das comunidades	30
2.6.8.2.9.2 Visitas as casas de reassentamento	31
3.1 Desafios e perspectivas comuns e como endereçar tendo em vista novos programas e a	34
4 RECOMENDAÇÕES	37
ANEXOS	38

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ☐ AAAJC- Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades
- ☐ ACOORD- Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
- ☐ AMDER- Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural Sustentável
- ☐ APN-Ajuda Popular da Noruega
- ☐ LDH- Liga dos Direitos Humanos
- ☐ ODHL- Observatório dos Direitos Humanos e Legalidade
- ☐ MULEID-Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
- ☐ UCA- União das Cooperativas e Associações Agrícolas
- ☐ UGCAN-União Geral das Cooperativas Agrícolas de Nampula
- ☐ UNAC-União Nacional de Camponeses
- ☐ UPCI-União Provincial de Camponeses de Inhambane
- ☐ UPCT-União Provincial de Camponeses de Tete
- ☐ UPCZ- União Provincial de Camponeses da Zambézia
- ☐ UPCCD-União Provincial de Camponeses de Cabo delgado

1 INTRODUÇÃO (Contextualização e objectivos)

Desde a sua criação em 1939 que a Ajuda Popular da Noruega vem prosseguindo o seu objectivo de melhorar as condições de vida das pessoas e criar uma sociedade democrática, justa e segura. Actualmente operando em mais de 30 países, o seu trabalho tem abrangendo 3 áreas principais: Desarmamento e Acção Contra as Minas; Cooperação para o Desenvolvimento; e Ajuda Humanitária. Em Moçambique, hoje, a APN provê assistência técnica e financeira às aproximadamente 15 organizações parceiras da Sociedade Civil, que comungam de visões e valores compatíveis com a promoção da distribuição equitativa de poder e recursos.

No contexto da referida parceria, a APN tem sempre pautado por criar espaços para diálogos políticos com e entre os parceiros, e a Reunião Anual de Parceiros é um desses espaços seguros onde as organizações da Sociedade Civil que compõem a rede de parceiros da APN reflectem em conjunto sobre o decurso dos diversos programas, partilham experiências, desafios, conquistas e, sobretudo, apreciam em conjunto o contexto e o caminho a seguir em futuras intervenções.

Adicionalmente, a reunião de parceiros constitui também um momento privilegiado para os parceiros fortalecerem as suas parcerias, aprofundarem o conhecimento mútuo, e estabelecerem novas relações, especialmente no que respeita a advocacia e *lobby* a favor de uma justa redistribuição de recursos e poder.

Para os devidos efeitos, nos dias 31 de Outubro a 02 de Novembro de 2023 teve lugar na sala de reuniões do Hotel Paradise View, no distrito de Inhassoro a **Reunião Anual dos Parceiros da Ajuda Popular da Noruega (APN)**, com lema: “**HARMONIZAR PARA FORTALECER A ACTUAÇÃO DAS PARTES**” organizada pela União Provincial de Camponeses de Inhambane (UPCI) e Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCOORD).

1.1 Objectivos da Reunião

- ☐ Estabelecer relações de complementaridade entre os parceiros através de colaboração mútua;
- ☐ Partilhar experiências entre os parceiros em termos de desafios e sucessos;
- ☐ Discutir até que ponto os actuais desafios de descentralização influenciam no trabalho dos parceiros;
- ☐ Discutir sobre possível realinhamento dos indicadores de resultados; e
- ☐ Procurar as formas de seguimento dos desafios encontrados ao longo dos últimos 2 anos;

1.2 Participantes

- | | |
|---|---|
| ☐ AAAJC-Tete | ☐ UCA-Lichinga |
| ☐ ACOORD-Inhassoro | ☐ UGCAN-Nampula |
| ☐ AMDER-Nampula | ☐ UNAC-Maputo |
| ☐ APN-Maputo | ☐ UPCI-Cidade de Inhambane |
| ☐ APN-Tete | ☐ UPCT-Tete |
| ☐ LDH-Tete | ☐ UPCZ-Zambézia |
| ☐ ODHL-Maputo | ☐ UPCCD-Cabo delgado |
| ☐ MULEID-Maputo | |

A reunião contou com a participação de 101 pessoas nos 3 dias (delegados das organizações, membro do governo, jornalista da Rádio Comunitária de Inhassoro, Secretariado, auxiliares e membros do grupo teatral Bimbi). No Primeiro dia, estiveram presentes 48 pessoas, das quais 29 Homens e 19 Mulheres; no segundo 46 (29 Homens e 17 Mulheres) e no terceiro 53 (35 Homens e 18 Mulheres).



Figuras 1 e 2: Participantes da reunião

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia do trabalho

De forma geral, usou-se a metodologia expositiva/interactiva e exploratória. A reunião foi conduzida pela equipa da UPCI e ACOORD. Os primeiros 2 dias do encontro, foram marcados pela apresentação dos trabalhos realizados pelos parceiros, seguidas de sessões de debates interactivos facilitados pelos moderadores. De forma específica, no segundo dia, no período de tarde, coube ao Assistente Financeiro (Givaldo Matsinhe) da APN deixar recomendações técnicas para a equipa de finanças, que na verdade, foram apresentadas para todos os participantes.

No terceiro e último dia da reunião, realizou-se a visita de campo no Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane (CDCM), instalações da Sasol, reassentamento provisório, primeiro reassentamento e as casas em construção. Para terminar o dia, o grupo teatral *Bimbi* brilhou os participantes com uma peça teatral (*Mabulu*) que abordava situações do contexto actual (desemprego, mudanças climáticas, recursos naturais, pobreza etc.).

2.2 Primeiro dia

Agenda:

- ☐ Registo dos participantes e Orientações gerais;
- ☐ Notas de abertura;
- ☐ Apresentação da síntese da última reunião anual dos Parceiros da APN-2021;
- ☐ Debate;
- ☐ Apresentação do projecto Moz18/0001
- ☐ Agricultura de Conservação e Mudanças Climáticas;
- ☐ Advocacia na AC;
- ☐ Sessão de debate sobre os temas apresentados;
- ☐ Projecto NORAD-SC (Sociedade Civil)
- ☐ Actualização do processo de aprovação da nova política de Terra/Lei de Terra;
- ☐ Critérios de alocação e gestão da percentagem das receitas destinadas ao desenvolvimento das Províncias, Distritos e Comunidades locais onde se implementam empreendimentos de exploração mineira. Decreto 40/23 de 13 de Junho e;
- ☐ Sessão de debate sobre os temas apresentados.

2.3 Segundo dia

Agenda:

- ☐ Orientações gerais
- ☐ Resumo do dia anterior
- ☐ Projecto de Emergência
- ☐ Coesão social e impacto do apoio humanitário da APN em Cabo Delgado
- ☐ Sessão de Debate sobre os temas apresentados
- ☐ Rede de parceiros da APN: Governo e outros actores
- ☐ Assembleias Provinciais e Autoridades Locais (Governo) – Relatórios e Planos Anuais
- ☐ Assuntos Transversais: acções nas organizações e nas comunidades locais
- ☐ Género: ao nível das organizações e dos projectos
- ☐ CPP: Preparação e Protecção para o Conflito – protecção civil durante a guerra e conflito
- ☐ Sessão de Debate sobre os temas apresentados
- ☐ Recomendações técnicas para a equipa de finanças
- ☐ Identificação de desafios e perspectivas comuns e como endereçar tendo em vista novos programas e as mudanças contextuais – Novas leis, PDI, Mudanças Climáticas, Terrorismo, etc.
- ☐ Considerações finais
- ☐ Intervenção do Director Regional

2.4 Terceiro dia

Agenda:

- ☐ Saída para o Campo;
- ☐ Encontro com CDCM;
- ☐ Encontro com o representante da Sasol na área da responsabilidade social;
- ☐ Visita as casas do primeiro reassentamento definitivo;
- ☐ Paragem a Escola Joaquim Mara;
- ☐ Visita das casas e obras do novo reassentamento definitivo;
- ☐ Regresso ao local do evento; e
- ☐ Apresentação da peça teatral.

NB: Para mais detalhes acerca das actividades e as devidas responsabilidades, vide o programa em anexo 1.

2.5 Abertura da reunião

Coube ao representante da excelentíssima Senhora Administradora do Distrito de Inhassoro, Óscar Nhabete (Director Distrital de Educação), proceder com os termos de abertura. Na sua intervenção disse que, as organizações são bem-vindas ao distrito de Inhassoro e o governo está disponível para qualquer coisa que for necessário ao longo dos dias da reunião. Ademais frisou que, o desenvolvimento do país depende do esforço de cada um de nós, as OSC são actores importantes para o alcance das metas definidas no programa estratégico do governo.



Figura 3: Abertura da Reunião

2.5.1 Notas de boas Vindas

As notas de boas vindas foram proferidas Pela representante da APN, Tcheize Mutemba, que na sua intervenção, agradeceu aos parceiros que tem trabalhado fortemente para representar a APN nas comunidades e no governo, razão pela qual, é conhecida em todo o país. A APN tem intervenções em diversas áreas a saber: Desarmamento e Acção Contra as Minas; Cooperação para o Desenvolvimento; e Ajuda Humanitária. Em Moçambique, a APN provê assistência técnica e financeiras aproximadamente 15 organizações parceiras da Sociedade Civil, que comungam de visões e valores compatíveis com a promoção da distribuição equitativa de poder e recursos.



Figura 4: intervenção da Representante da APN

2.6 Apresentações

Como primeira intervenção, fez-se apresentação da síntese da última reunião Anual de parceiros da APN-2021 que decorreu no distrito de Bilene. A apresentação esteve a cargo da Dra. Amélia Basílio da MULEID. Segundo a informação apresentada, a reunião teve lugar nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2021, na Vila Municipal da Praia do Bilene, onde estiveram presentes representantes das seguintes organizações: AMDER (Niassa e Manica), ODHL, UNAC, MULEIDE (Maputo e Cabo Delgado), ADECRU, PANOS, UPCs da Zambézia, Inhambane e Cabo Delgado, UCA, UGCAN, AAAJC e ACOORD.



Figura 5: Apresentação da síntese

Tópicos abordados:

- ☐ Revisão da Lei de Terras e Descentralização-Partilha de Experiências;
- ☐ Rendimento da Exploração dos Recursos Naturais;
- ☐ Parceiros e Governo/Visibilidade da APN;
- ☐ Resposta Humanitária e crises emergentes (Desastres Naturais, Conflitos Armados e Covid19);
- ☐ Género nas Organizações;
- ☐ Visita de Campo à Comunidade de Manzir (Distrito do Bilene).

Debate

Após apresentação da síntese, a Dra. Tcheize Mutemba levantou a seguinte questão:

Os compromissos assumidos na reunião anterior foram concretizados ou não e, quais os desafios?

O senhor Rafael Dzucule respondeu nos seguintes termos: A UPCI conseguiu dar um passo no que diz respeito ao contacto com a mídia (RM), contudo, devido a exiguidade financeira não foi possível terminar com o processo (assinatura do memorando) visto que envolvia grandes somas de dinheiro.

Para APN em Nampula, conseguiu-se estabelecer uma ligação com o governo.

Para Cabo Delgado, o desafio era mostrar o impacto dos deslocados de guerra, apoiando-os em insumos agrícolas e assistência alimentar. Programa que está a decorrer com sucesso.

2.6.1 Apresentação do projecto MOZ18/0001-Agricultura de Conservação (Zeca Chicusse)

Durante a apresentação, falou das 3 fases de implementação e as províncias onde assistem:

Fases de implementação

1ª fase 2014 a 2017	Tete (5)
2ª fase 2019 a 2022	
3ª fase 2024 a 2027	

Cobertura

Manica (6)

C. Delgado (2)

Nampula (2)

2.6.1.1 Desafios e respostas

❖ Choques climáticos (Ciclones, Seca, Pragas, COVID). ❖ Insurgência ❖ Conflitos de Terra ❖ Acesso e custos elevados de insumos agrícolas ❖ Fraca cobertura de serviços de extensão Rural ❖ Fraca conservação de produtos e falhas de Mercado	➤ Projectos específicos para IDAI e COVID ➤ Projecto de Emergência ➤ MOZ018 (Pilar A. Legal) ➤ Contratos e rede de agro-dealers ➤ Formação de Promotores e Produtores líderes ➤ Comissões de venda
---	--

2.6.2 Apresentação da UPCT-Agricultura de Conservação e Mudanças Climáticas (António Germano)**2.6.2.1 Actividades realizadas**

- ☐ Promoção de princípios e técnicas de Agricultura de Conservação (alocação de insumos, estabelecimento de CDRs, realização de dias de campo, assistência técnica aos pequenos produtores, monitoria das actividades e entre outras).
- ☐ Assistência às associações de pequenos produtores a melhorar o acesso aos mercados (treinamento de gestão pós colheita, realização de fóruns de agro negócio, feiras de insumos, estabelecimento de comissões de venda e agrodilares e facilitação na construção de centros de agregação de excedentes agrícolas)
- ☐ Apoiar a capacitação de associações membros em gestão e governação interna (treinamento em associativismo, realização das assembleias e conferências Provinciais de mulheres e jovens).

2.6.2.2 Indicadores

- ☐ IND.1: De 2020 a 2022 os pequenos produtores filiados a UPCT, conseguiram construir 94 casas melhoradas, compraram 63 bicicletas, 61 cabeças de gado bovino e 24 motorizadas nos distritos de Chiuta, Moatize, Tete, Doa e Mutarara
- ☐ IND.5: Quanto ao número de toneladas produzidas em três (3) culturas seleccionadas (milho, feijões e hortícolas) usando AC foi cerca de 2.576,8 Tons, em 3 anos.
- ☐ IND.6: Nº de contratos de pré-campanha agrícola foi de 10 Contratos e foram beneficiados 125 membros dos quais 49 mulheres e 76 homens.

- ☐ IND.7: Em relação ao nº de clientes de *Agrodilers* de insumos agrícolas foi de 9.826, sendo 5.151 mulheres e 4.675 homens.
- ☐ IND.8: Quanto ao valor de venda obtido na comercialização dos anos de 2020 a 2022, foi de 8.231.380,00 Mts, dos quais 2.231.380,00 Mts provenientes da venda colectiva por via das comissões de vendas.

2.6.2.3 Resultados

- ☐ Aumentada a produtividade de 0,8 Ton por hectare para cerca de 2,2 Tons por hectare nas áreas onde esta sendo implementado o projecto de Agricultura de Conservação.
- ☐ Aumentado o acesso aos mercados pelos pequenos produtores através de estabelecimento de comissões de venda.
- ☐ Aumentada a capacidade de mobilização no seio dos órgãos sociais das associações.
- ☐ Melhoradas as práticas democráticas nas associações e nas comunidades

2.6.2.4 Desafios

- ☐ Estabelecer a ligação entre as Comissões de Venda com os médios e grandes compradores para melhorar o preço de compra de excedentes agrícolas.
- ☐ Mudanças climáticas que afectam ciclicamente os níveis de produtividade pois que em cada campanha sempre há um fenómeno que afecta a produção
- ☐ Melhorar a componente de ligação entre os *agrodiliers* com as lojas de venda de insumos para diminuir o problema de insuficiência de insumos nas comunidades.
- ☐ Encorajar aos pequenos produtores para o cultivo escalonado de modo a diminuir as perdas pós-colheita causadas pela falta de mercado.

2.6.3 Apresentação da LDH-Tete-Apoio Legal as Associações Camponesas (Júlio Calengo)

2.6.3.1 Actividades desenvolvidas

I. Assistência Legal

- a) Apoio na Realização da Assembleia Constitutiva;
- b) Legalização das Associações Membros da UPCT através da Publicação no BR;
- c) Realização das Consultas Comunitárias;
- d) Entrega de DUAT.

II. Género:

- a) Realização da Conferência sobre “Mulher Pode Fazer”;
- b) Criação de Grupos Focais de Discussão da Campanha “Mulher pode Fazer”.

2.6.3.2 Desafios

- ☐ Recuperar todos os processos pendentes, referentes a legalizações das associações e Aquisições dos DUATs das Instituições governamentais;
- ☐ Criar uma parceria sustentável com os Governos Distritais, de modo a reduzir a burocracia (prazo) que se enfrenta no processo de emissão de DUAT.

2.6.3.3 Lições Aprendidas

Nos adequamos a nova realidade, implementando acções para a prevenção de COVID- 19 em todos locais de trabalho; e não só, como também temos-nos adaptado aos efeitos das mudanças climáticas.

2.6.4 Apresentação da AAAJC-Advocacia na Agricultura de Conservação (Stela Matola)**2.6.4.1 Actividades realizadas**

- ☐ Assistência Legal;
- ☐ Acompanhamento dos conflitos de terra;
- ☐ Apoiar as comunidades abrangidas pelos projectos de exploração dos recursos naturais a exigirem os seus direitos (indeminização e reassentamento);
- ☐ Formação de 180 paralegais;
- ☐ Legalização de 15 CGRN

2.6.4.2 Resultados

- ☐ Reconhecimento pelo governo como a única organização ao nível provincial especializada na criação, capacitação e legalização de CGRNs;
- ☐ Acompanhamento de casos de conflitos de terra entre investidores e comunidades tendo recuperado 50 hectares de terra destes 102 machambas e 39 casas;
- ☐ Assistência a comunidade de Cateme para auto reabilitação de casas e conseguimos indemnizações de 175 000 a 650 000;
- ☐ Assistência a 47 famílias a receberem 790.000 para auto reabilitação das suas casas;

- ☐ 1189 famílias de Cateme, Ntchenga e Mpandue beneficiaram-se de Kits de insumos agrícolas pela Vulcan através do trabalho de advocacia que AAAJC tem realizado junto do governo distrital sobre a Responsabilidade Social e corporativa;
- ☐ Formados 180 paralegais comunitários que tem assessorado as comunidades na resolução de conflitos;
- ☐ Legalizados 15 CGRNs que tem recebido o valor de 20% estimado em 200.000 a 700.000 por CGRN;
- ☐ 4 Comunidades já tem a terra comunitária segura através da delimitação de terras comunitárias;
- ☐ 5 CGRNs capacitados sobre gestão de fundos públicos no caso concreto dos 20%
- ☐ CGRNs de Doa e Moatize já participam nos Conselhos Consultivos e elaboram agendas comunitárias que são submetidas aos governos distritais;
- ☐ Denunciada a destruição de 7 machambas de Chipasse pela empresa VULCAM, estando neste momento no processo de resolução através de encontros tripartidos na administração do distrito de Moatize.

2.6.4.3 Lições aprendidas

- ☐ É preciso continuar a desenvolver habilidades locais de activistas e paralegais membros da AAAJC baseados nos distritos para interacção diária com as comunidades, apoiando-as juridicamente (desenvolvendo suas capacidades), na mitigação de conflitos e como agentes de defesa e promoção de direitos;
- ☐ É útil explorar abordagem de círculo de estudo para a defesa e promoção de direitos, para o desenvolvimento da capacidade das comunidades para expressar as questões de uma forma clara e não conflituosa;
- ☐ A promoção comunitária de Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCR) – que oferecem micro-empréstimos, pode ser uma importante resposta programática a um impacto socioeconómico e a redução da dependência da mulher.

2.6.4.4 Desafios

- ☐ Demanda na legalização de CGRNs;
- ☐ Corrupção nos casos de conflitos de terra;
- ☐ Influenciar os CGRNs/AAPs a Participarem na implementação dos PLAs (Planos locais de adaptação as mudanças climáticas) ao nível dos distritos.

2.6.5 Apresentação do Projecto NORAD-SC-Espaço para Participação da Sociedade Civil (Tcheize Mutemba)

Neste ponto, ficamos a saber que nos últimos 5 anos a APN, registou progresso nas Organizações da Sociedade Civil nas áreas de:

- ☐ Mobilização das comunidades para agirem em defesa dos seus direitos;
 - ☐ Educação, consciencialização e suporte técnico as comunidades
 - ☐ Influenciar os decisores políticos na gestão dos conflitos na comunidade
 - ☐ Participação em processos de formulação de políticas para dar voz às comunidades
- ☒ De salientar que nesta apresentação, foi destaque a questão da tendência crescente do Governo/Estado atrasar a organização e o engajamento das organizações da Sociedade Civil:
- ☐ Conotadas como do contra e agentes externos;
 - ☐ Morosidade na condução dos processos vindos da sociedade civil, por via de requisitos excessivos;
 - ☐ Isolamento, ameaças e “violência” de agentes de advocacia;
 - ☐ Limitação do direito à reunião, manifestação e expressão.

As organizações têm progressos assinaláveis na capacidade técnica, de influenciar e mobilizar a comunidade.

2.6.5.1 Desafios

O maior desafio é a redução do espaço da sociedade civil e que as organizações podem procurar contrapor por via de boas relações com o governo, produção de relatórios, apresentação de evidências e maior visibilidade das organizações.

Outro desafio tem a ver com a fraca sustentabilidade das organizações que deve ser suprida por via de produção de relatórios, candidaturas a projectos, procurar novas doações e não apenas depender da APN e procurar sempre adaptar-se as intervenções, as mudanças contextuais como o movimento urbano para espaços democráticos, mudanças climáticas, ajuda humanitária.

2.6.5.2 Compromissos da APN

- ☐ Continuar a apoiar as organizações por via de capacitação (planificação de capacitações de angariação de fundos e desenho de proposta para 2024);
- ☐ Dar voz ao nível internacional sobre o que acontece em Moçambique para facilitar a participação e conexão das organizações com actores em fóruns internacionais.

2.6.6 Apresentação da UNAC-Actualização do processo da aprovação da nova Política/Lei de terra (Isidro Macaringue)

Falou das fases da Revisão da Política Nacional de Terras

- ☐ 2017 – O Presidente da República, lança o processo de Revisão da Política Nacional de Terras e quadro legal e fixa directrizes de revisão;
- ☐ 2018 – Criação da Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT), por Diploma Ministerial do então MITADER, como órgão técnico multidisciplinar responsável pela condução técnica e metodológica do processo;
- ☐ 2020 – Lançamento oficial do processo de consultas/auscultações públicas – consultas às bases (comunidades, distritos, municípios etc.);
- ☐ 2022 – Aprovação pelo Conselho de Ministros da nova PTEI 2022 (Política de Terra e estratégias de Implementação)

2.6.6.1 Ganhos resultantes deste processo

- ☐ Forte participação das OSC ao nível nacional (consultas e propostas);
- ☐ Garantias de Acesso à Terra, Protecção e Consolidação dos Direitos Adquiridos por Ocupação de Boa-fé e Segundo as Normas e Práticas Costumeiras (Reconhecimento, Titulação e Garantia de Direitos Pré-Existente);
- ☐ Inclusão dos conceitos de Soberania Alimentar, Agricultura Familiar Camponesa, Sementes Nativas no texto da política.

2.6.7 Apresentação da ACOORD-Experiência da Gestão dos 2,75% e Desafios com a nova metodologia de Gestão (Caso de Inhambane)-Calisto Bila

É objectivo fundamental desta apresentação, Partilhar as dinâmicas da determinação, canalização e alocação dos 10% para as comunidades e as suas consequências no desenvolvimento local.

De referir que antes da revisão do decreto, canalizava-se 2.75% da receita de exploração dos recursos naturais para as comunidades, porém, o decreto 40/23 de 13 de Junho altera para 10%, onde 7.25% é canalizado as Províncias e os distritos e 2.75% destina-se as comunidades locais

2.6.8 Segundo dia (01 de Novembro)

Agenda

- ☐ Orientações gerais
- ☐ Resumo do dia anterior
- ☐ Projecto de Emergência
- ☐ Coesão social e impacto do apoio humanitário da APN em Cabo Delgado
- ☐ Sessão de Debate sobre os temas apresentados
- ☐ Rede de parceiros da APN: Governo e outros actores
- ☐ Assembleias Provinciais e Autoridades Locais (Governo) – Relatórios e Planos Anuais
- ☐ Assuntos Transversais: acções nas organizações e nas comunidades locais
- ☐ Género: ao nível das organizações e dos projectos
- ☐ CPP: Preparação e Protecção para o Conflito – protecção civil durante a guerra e conflito
- ☐ Sessão de Debate sobre os temas apresentados
- ☐ Recomendações técnicas para a equipa de finanças (Período de tarde)
- ☐ Identificação de desafios e perspectivas comuns e como endereçar tendo em vista novos programas e as mudanças contextuais – Novas leis, PDI, Mudanças Climáticas, Terrorismo, etc.
- ☐ Considerações finais
- ☐ Intervenção do Director Regional

2.6.8.1 Intervenção do director geral da APN (Cláudio feo)

Depois dos agradecimentos a ACOORD e a UPCI pelas condições criadas para a logística, disse que a APN está a crescer e neste momento está intervir nas áreas de emergência (guerra, mudanças climáticas e outras acções), contudo, os parceiros devem estar ligados as mudanças que estão acontecer, como é caso da situação política no país e outros contextos.



Figura 6: Intervenção do Director regional da APN

2.6.8 1.1 Propostas de intervenção da APN

- ☐ **Questão humanitária (Seca, Chuva, conflitos)** são fenómenos que acontecem frequentemente, é preciso nos precavermos dessa situação, mas essa responsabilidade está nas organizações locais;
- ☐ **Relação com governo-** Essa interacção é uma mais-valia por que a sociedade civil influencia na tomada de decisões, outrossim, ajuda a proteger a sociedade durante os trabalhos de advocacia e activismo;
- ☐ **Protecção do Activismo-** a ideia é criar mecanismo para protecção dos activistas, atendendo e considerando que, em alguns países ocorre com frequência a perseguição e morte;
- ☐ **Ligações entre as Organizações** (intercâmbio com sentido positivo) deve a ver troca de experiência que possa produzir resultados no seio da organização, ou seja, tenho que ir buscar o que não tenho para dinamizar o funcionamento;
- ☐ **Corrupção, assédio sexual e violência,** neste ponto, falou da discrepância dos dados da APN e do Governo o que criou um desconforto, nisso, aconselhou para que haja seriedade no reporte dos casos, caso contrário, a APN terá de suspender as actividades com o parceiro, os casos devem ser reportados de imediato para se iniciar com a investigação e seguimento conjunto.

2.6.8.2 Apresentações

2.6.8.2.1 Apresentação do Projecto de emergência-Cabo delgado-Segurança Alimentar e Meios de Subsistência (Marta Matimbe)

2.6.8.2.1.1 Actividades

- ☐ Distribuição de Insumos agrícolas e instrumentos de produção;
- ☐ Assistência Técnica;
- ☐ Visitas conjuntas de monitoria com stakeholders estratégicos do projecto (APN, UPC, SDAE e DPAP);
- ☐ Capacitação em matéria de gestão de pequenos negócios;
- ☐ Capacitação em matéria de grupos de poupança e crédito rotativo e apoio na criação de grupos de poupança;
- ☐ Capacitação em matéria e técnicas de Agricultura de Conservação e Mudanças climáticas;
- ☐ Apoio e capacitação na criação de associações;
- ☐ Oportunidades de participação em feiras agrícolas e socioeconômicas.

2.6.8.2.1.2 Resultados

Desde 2021 até ao presente, o projecto prestou assistência humanitária a aproximadamente 1.900 famílias deslocadas internamente, que faz um total de 9.500 pessoas no distrito de Metuge.

2.6.8.2.1.3 Desafios

- ☐ Situação da insegurança;
- ☐ Deslocação forçada/Deslocação repetitiva/contínua das famílias;
- ☐ Choques climáticos;
- ☐ Reintegração dos retornados nas suas zonas de origem;
- ☐ Falta de acesso aos mercados/Fraca ligação do mercado entre produtores.

2.6.8.2.2 Apresentação UPCCD-Coesão social e impacto do apoio humanitário-cabo delgado

Nesta apresentação, abordou-se a questão das deslocações forçadas que continuam a representar um pesado fardo para as comunidades de acolhimento que já vivem um pouco acima da auto-subsistência e que partilham recursos escassos em solidariedade com as IPD's.

Cerca de 70% dos deslocados internos vivem em comunidades de acolhimento e 30% em locais de reassentamento.

Os efeitos da deslocação ameaçam a estabilidade das comunidades que também afecta profundamente a coesão social entre as pessoas deslocadas, as comunidades de acolhimento e as comunidades para as quais as pessoas deslocadas regressam.

2.6.8.2.2.1 Coesão social

- ☐ A Inclusão dos membros da comunidade de forma significativa nos sistemas de governação,
- ☐ Envolve a criação de valores partilhados, reduzindo as desigualdades, e criando um sentido de narrativa comum.

2.6.8.2.3 Apresentação da APN-Rede de parceiros da APN-governo e outros actores

A APN está representada em quase todas as Províncias do País, através de seus parceiros de cooperação, actuando em projectos de Apoio a Sociedade Civil, Agricultura de Conservação, Segurança Alimentar e Assistência Humanitária.

Nesta rede, inclui-se o Governo como parceiro estratégico da APN, pois a legalidade da APN depende da aprovação dos relatórios e planos de actividades apresentados ao Governo (MINEC).

Importância da submissão dos relatórios de actividades aos Governos Locais

2.6.8.2.3.1 Prazos para submissão de relatórios

- ☐ Até 31 de Janeiro de cada ano, a APN deve submeter o relatório anual ao MINEC;
- ☐ Até 25 de Janeiro os Parceiros devem submeter o relatório anual aos Governos Locais e enviar a carta de protocolo a APN

2.6.8.2.3.2 Pontos positivos

- ☐ Algumas organizações conseguiram melhorar a sua visibilidade perante as comunidades e também perante ao Governo local;
- ☐ A APN também ganhou visibilidade perante alguns Governos locais; e
- ☐ As Organizações parceiras estão mais fortes principalmente nas questões administrativas e financeiras.
- ☐

2.6.8.2.3.3 Desafios

- ☐ Trabalho em rede entre os Parceiros da APN;
- ☐ Partilha de relatórios e planos de actividades com o Governo;
- ☐ Pareceres dos Governos Provinciais/Distritais emitidos tardiamente;
- ☐ Demora na emissão do Despacho do MINEC

2.6.8.2.4 Assembleias provinciais e autoridades locais (governo) – relatórios e planos anuais

Uma das estratégias de intervenção é a maior interacção com o governo nas assembleias provinciais, estreitar relacionamento com toda a estrutura governamental apresentando informações referentes aos planos e relatórios. Incluir os membros do governo nas visitas de monitoria e outras actividades de relevo. Para passar testemunha da cooperação com o governo.

A ACOORD disse que, desde de 2018-2019 trabalha com governo na base de um memorando de entendimento, que permite interagir e coordenar as actividades durante as visitas de monitoria e encontros.

Dificuldades, com a mudança do presidente da Assembleia Provincial, houve dificuldade para renovação do memorando, que só veio a se concretizar 3 meses depois. No presente ano, a UPCI e a ACOORD, realizaram uma visita conjunta ao governo da Província para apresentação dos Planos e relatórios ao governador.

UCA- Celebração do memorando com Assembleia Provincial e o governo do Distrito (Serviços Distritais das Actividades Económicas) para participar activamente na realização das actividades da organização. No âmbito do memorando, os órgãos enviam técnicos para fazer parte da equipa da monitoria. No que tange a interacção/comunicação, não tem tido muitas dificuldades ao nível do governo local, de salientar que, tem suportado despesas como deslocação dos membros e abastecimento das viaturas para saídas conjuntas.

AAAJC-Celebração de Memorando (2017) com as Assembleias Provinciais e Municipais direccionados para as capacitações e distribuição de instrumentos de consulta e outras informações. Na base dessas capacitações, começaram a dar a voz as reclamações das comunidades, realizam visitas nos locais e partilham as informações com a organização.

UPCZ-Há uma boa relação na comunicação. Quando se fazem ao distrito, a primeira actividade é se apresentarem as autoridades distritais para tomarem o conhecimento e

participarem nas actividades. Têm sido solicitados para ajudar na gestão dos conflitos de Terra.

ODHL- (Sónia) -Tem tido relações positivas, ex: UGICAN tem envolvimento saudável com o governo, essas relações contribuem grandemente para a divulgação e fortalecimento das acções que são implementadas localmente. A participação de líderes locais e comunidades nos encontros mostra essa coesão.

LDH- (Júlio Calengo)- A relação é muito boa, Já foi convidado pela Assembleia Provincial para explicar acerca dos reassentamento, isso mostra que existe um interesse muito grande nas actividades que a organização implementa.

2.6.8.2.5 Assuntos transversais: acções nas organizações e nas comunidades locais

Não se fez apresentação, apenas introdução pela responsável da APN, Dra Tcheize Mutemba, que falou das áreas de intervenção da APN, com maior destaque para a área de emergência (guerra, mudanças climáticas etc.).

2.6.8.2.6 Apresentação sobre Género: ao nível das organizações e nos projectos (Dra. Amélia Basílio)

Pontos abordados:

- ☐ Revisitar os conceitos de: Género; Igualdade de Género e Análise de Género;
- ☐ Género nas Organizações;
- ☐ Importância do Género nas Organizações;
- ☐ Género nos Projectos;
- ☐ Género e Ciclo de Vida dos Projectos;
- ☐ Considerações Finais: Género nas Organizações e nos Projectos.

2.6.8.2.6.1 Género

Construção social- Características que a sociedade atribui a homens, mulheres, rapazes e raparigas. Formado por normas, atitudes e papéis. Modifica com o tempo, difere de acordo com a sociedade.

2.6.8.2.6.2 Igualdade de género

- ☐ É uma questão de Direitos Humanos;
- ☐ Indicador de Desenvolvimento Sustentável centrado nas pessoas;

- ☐ Implica que os interesses, as necessidades e prioridades dos homens e das mulheres são considerados, reconhecendo a diversidade dos diferentes grupos de mulheres e homens;
- ☐ Homens e Mulheres gozam dos mesmos direitos, oportunidades, rendimentos e obrigações em todas as áreas. Beneficiam das mesmas oportunidades no acesso à educação e oportunidades no emprego e na carreira profissional.

2.6.8.2.6.3 Análise de género

- ☐ Examina como as diferenças nos papéis, actividades, necessidades, oportunidades e direitos de género afectam mulheres, homens e Jovens de ambos os sexos num determinado domínio político, situação ou contexto;
- ☐ Estuda as relações entre mulheres, homens e jovens de ambos os sexos e, as restrições que enfrentam entre si para alcançar a igualdade de género num determinado domínio político, situação ou contexto.

2.6.8.2.6.4 Género nas organizações

A integração da perspectiva de género é um processo complexo

Homens e Mulheres na Organização: Número de trabalhadores/as; Distribuição por Sectores; Posições de Chefia/Representação e Participação das Mulheres/Raparigas; Possibilidades de Formação. Questões de reflexão nas organizações:

1. A organização possui uma Política de Género?
2. A organização segue as Políticas de Género do País (Nacional/Sectorial)?
3. As Políticas, Sistemas Internos, Procedimentos(HR/Códigos de Conduta/PSEA) da Organização são sensíveis ao género?
4. Existe uma avaliação regular do desempenho da organização na área de género?
5. A organização prossegue princípios de equidade nas relações com os parceiros?
6. Na tomada de decisão têm-se sempre em conta em que medida isso afectará os homens e as mulheres? Haverá diferenças ? Poderemos mudar o que fazemos, tornando mais sensível ao género?
7. Como fazemos os nossos processos internos de Planificação e Consulta? Devemos mudar os nossos processos de Planificação e Consulta?
8. Devemos mudar a forma como apresentámos e monitorámos os dados?
9. Os relatórios da Organização apresentam dados desagregados por sexo?

Constatações: Levantamento das necessidades do género (segregação dos Homens, Mulheres, Crianças, rapazes e raparigas) para direccionar os apoios ao grupo alvo para alcançar os êxitos pretendidos.

2.6.8.2.7 Preparação e protecção para o conflito – protecção civil durante a guerra e conflito (Ernesto)

Informações principais do projeto:

- ☐ Título do projecto: Preparar, Responder e Proteger. Abordando as necessidades e preocupações de protecção de meninas, meninos, mulheres e homens afectados pela crise no norte de Moçambique.
- ☐ Parceiros do consórcio: Care (líder do consórcio), Save the Children
- ☐ Parceiros de implementação: INGD, Wiwanana
- ☐ Objectivo/específico: Aumentar a preparação para desastres e riscos de conflito a nível nacional e local para mulheres, homens, meninas e meninos (Resultado 4 da proposta)
- ☐ Período do projecto: 01.05.2023 – 30.04.2025 (24 meses)
- ☐ Doador: ECHO
- ☐ Número do contrato de subsídio: ECHO/-SF/BUD/2023/91000
- ☐ Referência do projecto: 2023/00044/RQ/01/02

2.6.8.2.7.1 Resultados do projecto

- ☐ Resultado 1-Protecção
- ☐ Resultado 2-Abrigo
- ☐ Resultado 3-Wash
- ☐ Resultado 4-PD/RRD
- ☐ Resultado 5-PD/RRD

2.6.8.2.7.2 Recomendações técnicas para a equipa de finanças-APN

1. Ligação Programas vs. Finanças;
2. Gestão de Combustível;
3. Processo de Salários;
4. Relatórios mensais;
5. Gestão do processo de Auditoria;
6. Anticorrupção;
7. Aspectos gerais;

2.6.8.2.7.3 Ligação programas & finanças

1. Estrutura dos Planos (Narrativos e Financeiros/Budget):
 - ☐ Os dois planos devem seguir a mesma redacção, ordem de apresentação (incluindo codificação),
 - ☐ Os dois lados do pessoal (*Programas e finanças*) devem ser envolvidos na planificação.
2. Relatório Semestral/Anual: Tratando – se do mesmo relatório apenas apresentado sob ponto de vista diferente (*Programático e Financeiro*), estes dois relatórios devem falar a mesma linguagem.
3. No processo da elaboração do relatório devem cruzar (financeiro e programático) os dados para harmonizar a informação, sob o risco de haver discrepância.

2.6.8.2.8 Encerramento do dia (Cláudio Feo)

- ☐ Empoderar as organizações por meio de uma plataforma conjunta e não restrita;
- ☐ Todos os parceiros têm cada um metodologia diferente para trabalhar com o governo, o que agrada a APN porque os resultados são visíveis;
- ☐ Limitação do número de mulheres nas organizações da APN;
- ☐ Diálogo positivo entre os parceiros da APN.

2.6.8.2.9 Terceiro dia (02 de Novembro)

Agenda

- ☐ Saída para o Campo;
- ☐ Encontro com CDCM;
- ☐ Encontro com o representante da Sasol na área da responsabilidade social;
- ☐ Visita as casas do primeiro reassentamento definitivo;
- ☐ Paragem a Escola Joaquim Mara;
- ☐ Visita das casas e obras do novo reassentamento definitivo;
- ☐ Regresso ao local do evento; e
- ☐ Apresentação da peça teatral.

A excursão partiu do local do evento até ao Comité de Desenvolvimento Comunitário de Maimelane (CDCM) para uma visita conjunta, cujo objectivo era ouvir de perto como tem sido a experiência do processo de reassentamento e indemnização. Estiveram no encontro 18 membros do CDCM, dos quais 11 Mulheres (2 Jovens) e 7 Homens (4 Jovens).



Figura 7 e 8: Visita ao CDCM

Depois das apresentações, o Presidente do CDCM (Jorge Massingue), fez apresentação de um breve historial, tendo dito que o comité foi criado no ano de 2017, tem 26 membros, o motivo da criação é para defender os direitos das comunidades diante da exploração do gás natural. Antes da criação do Comité cada um lutava a sua maneira e, muitos eram enganados com promessas que não se cumpriam. Depois de muitos desmandos e desgraças das famílias pelo projecto, viu-se a necessidade de se unir para enfrentar de forma conjunta por meio de diálogo. Depois dessa união, entra a ACOORD com advocacia acerca de exploração dos recursos naturais.

Com a criação do comité e participação em encontros do conselho consultivo, fórum tripartido (governo, Sasol e comunidade), foi possível transmitir a insatisfação da comunidade e, por conseguinte exigir os seus direitos, pois antes boicotavam os encontros como forma de pressionar o governo e a Sasol para ceder, mas nem com isso conseguiam alcançar os seus intentos. Para se chegar a essa fase em que se encontram agora não foi tão fácil, houve momentos em que o comité ficou afastado do Conselho, devido a exigência dos 2.75%, mais tarde com os *lobbys* que iam fazendo aliada intervenção da sociedade civil, o comité ficou reenquadrado dos encontros do conselho e a Sasol comprometeu-se em desembolsar 20 milhões para o financiamento de projectos de desenvolvimento local durante 5 anos que se assentava nos seguintes pilares: Saneamento, Água e Energia.

Para execução do financiamento desembolsado, assinou-se um acordo entre as partes (governo, Sasol e Comunidade), que ficou conhecido como: Acordo de Desenvolvimento Local (ADL 2019-2025) cujo objectivo é de promover a criação de emprego e geração de rendas no seio das comunidades.

As primeiras pessoas atingidas pelo projecto foram prometidas casas tipo 3 numa outra zona, mas, de forma provisória construíram casas redondas que, de lá até hoje ainda vivem nas mesmas e as prometidas ainda estão em construção (terminaram de construir 3 e já entregaram aos beneficiários), alegando atraso do empreiteiro. Foram muitos os momentos passados com incertezas. Contudo, com a intervenção do comité e o apoio da ACOORD muita coisa mudou, hoje já reconhecem e valorizam as comunidades comparando com o início, temos esquadra da polícia, construção das Escolas (profissional e geral), hospital, abertura das vias de acesso e construção de casas de qualidade. No acto de reassentamento provisório, algumas famílias foram construídas casa de chapa (Mukukhu), uma casa de banho e cozinha feitos a caniço.



Figura 8: Casa de reassentamento provisória



Figura 9: Momento de visita casa de reassentamento provisória



Figura 10: casa de banho



Figura 11: Cozinha

No que diz respeito ao pagamento das benfeitorias, a senhora Quitéria disse que foram razoáveis, atendendo e considerando que, tratava-se de uma coisa nova. Depois da visita de troca de experiência em Tete, o entendimento dos procedimentos e exigência mudou. Hoje sabemos direccionar as coisas no seu devido lugar, as casas em construção o modelo foi fixado pela comunidade, havendo uma e outra alteração de pequena dimensão em concordância com os beneficiários. De salientar que as famílias que estão nas casas provisórias recebem a cada 3 meses valor de 39.000,00 para suprir as necessidades alimentares.



Figuras 12 e 13: Encontro com o CDCM

2.6.8.2.9.1 Encontro com o representante da Sasol para área social das comunidades

O gestor para área social das comunidades, Samuel Matusse, recebeu a equipa da APN e seus parceiros para uma conversa de esclarecimentos. Na sua intervenção, disse que, a Sasol está a trabalhar com a comunidade seguindo o protocolo do ADL. Neste momento faz assistência em 37 comunidades envolvidas directa (Comunidades primárias-aquelas que foram atingidas directamente pelos furos, tubagem e vias de acesso) ou indirectamente (Comunidades próximas das afectadas directamente) nas áreas de energia, água e saneamento. Para o cumprimento desta missão foram desembolsados 20 milhões de meticais, que segundo ele não são suficiente para realizar tudo o que está preconizado. Para os devidos efeitos, seria necessário mais 30 milhões, contudo, do valor desembolsado, as actividades planificadas estão a 65%, esperando que nos próximos 18 meses tudo seja concluído.



Figuras 14 e 15: Encontro com o representante da Sasol

Disse mais, a Sasol não só apoia as comunidades locais, tem intervenções em todo o país em várias áreas. No que diz respeito ao emprego, cerca de 526 membros das comunidades estão sendo formados em várias áreas, dos quais 126 terminaram, desses 64 foram integrados na empresa.

Quando foi chamado a expor o seu sentimento acerca dos apoios que tem prestado, disse que, as comunidades, governo e Sasol são parte integrante do processo de implementação, razão pela qual, reúnem-se em todos os níveis (Comunidade, Sociedade civil e Comité Provincial de supervisão) em cada 3 meses para avaliação do ADL.

2.6.8.2.9.2 Visitas as casas de reassentamento

Depois de visitar o reassentamento provisório, a excursão foi até as primeiras casas construídas no âmbito do primeiro reassentamento. A realidade mostrou que, as mesmas foram abandonadas pelos beneficiários. De seguida, visitamos as casas terminadas e em construção.



Figura 16: Modelo de casas do primeiro reassentamento



Figura 17: Casas concluídas (3) e entregue aos beneficiários



Figura 18: Casas em construção

3 CONCLUSÃO

O encontro respondeu o lema (Harmonizar para fortalecer as partes), visto que, muitos parceiros saíram fortalecidos e encorajados a trabalhar com mais dinâmica e determinação para o alcance pleno dos objectivos das suas organizações e consequentemente da APN. No que tange a harmonização, ficou claro que, deve-se empoderar as organizações por meio de uma plataforma conjunta e não restrita para troca de informação e experiência.

No Cômputo geral, as apresentações, debates e intervenções estavam também bem organizadas quanto à duração, quantidade e nível de complexidade. As actividades realizadas corresponderam aos interesses dos participantes. A percepção dos participantes sobre as competências didácticas, comunicação e o nível de linguagem foi muito positiva.

Os conhecimentos adquiridos serão úteis para os trabalhos a realizarem nas suas organizações. Deste modo, pode-se concluir que a avaliação da reunião é muito positiva e o modelo da reunião utilizado mostrou-se adequado para os parceiros.

RELATÓRIO DA REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA APN

3.1 Desafios e perspectivas comuns e como endereçar tendo em vista novos programas e as mudanças contextuais – novas leis, PDI, Mudanças Climáticas, Terrorismo, etc.

Tópicos	Organização	Compromissos
Mudança de contexto (Novas leis)	ODHL/LDH	☐ Harmonizar a rede dos parceiros; ☐ Activar ou criar o novo grupo para interacção. ☐ Explorar mais as leis de minas e petróleo para partilhar com as comunidades e traduzir para língua local; ☐ Direito da Mulher referente ao DUAT. ☐ Update da rede-Boa governação, deve ter coordenadores; combater a corrupção;
Conflitos de Pessoas internamente deslocadas	UPCCD	☐ Apoio psico-social (trauma); ☐ Violência baseado no género; ☐ Terra, habitação e alimentação para os deslocados; ☐ Apoiar as famílias que retornam as zonas de origem na habitação e alimentação; ☐ Prontidão para apoiar os deslocados na questão de conflitos; ☐ Criação de leis ou regulamentos que protege aos deslocados internamente; ☐ Projectos de emergência, sem descorar do foco das organizações
Agricultura de Conservação	UPCT	☐ Lei de protecção de Agricultura de Conservação ☐ Elaboração da lei de Semente Geneticamente Modificadas

RELATÓRIO DA REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA APN

Terrorismo-Gue rra	CPP	☐ Risco de violência nas zonas deslocadas; ☐ Reforçar a protecção civil, para responder os desastres ☐ Melhorar a resiliência da comunidade através da criação de leis ou regulamentos que protege aos deslocados ☐ Levantamento de necessidade de protecção de cada grupo (Homens, Mulheres, crianças, rapazes e raparigas) ☐ Aprender mais sobre CPP para intervenções futuras
Mudanças Climáticas	UPCT	☐ Criação de duas machambas, uma na zona alta e baixa; ☐ Não efectuar as queimadas descontroladas; ☐ Uso de sementes tolerantes a seca; ☐ Acompanhar as informações meteorológicas para início da produção; ☐ Evitar vendas descontroladas, sob risco de vender tudo e no ano passar fome ☐ Evitar construções nas zonas baixas (rios, mares, lagoas etc...) ☐ Aproveitas as duas campanhas agrícolas
Sustentabilidade	UNAC	☐ As organizações não podem defender apenas da APN ☐ Concorrer a mais projectos (5 Projectos no mínimo) ☐ Constrangimento: Fraca capacidade de elaboração de proposta (esta em preparação o plano para capacitação e elaboração de projectos) ☐ Promover intercâmbio entre parceiros da APN; ☐ Promover acções de lobbys e advocacia.

RELATÓRIO DA REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA APN

Gênero	MULEID	☐ Divulgação da nova lei da família; ☐ Promover acções que criam o equilíbrio
PSEA-Assédio e abuso sexual	APN	☐ Evitar acções com tendência a assédio sexual nas instituições. Esse tipo de violência não pode acontecer nas organizações da APN, visto que, estamos a ser advertidos. ☐ Disseminar o uso da linha verde pelas comunidades para reclamar os seus direitos; ☐ Garantir a segurança do grupo alvo interna e externamente dos membros ☐ Combater assédio na distribuição de víveres nas pessoas vulneráveis ☐ Envolver as lideranças locais nos assuntos ligados a violação e abuso sexual
Corrupção	Cláudio-APN	☐ Reportar urgentemente os assuntos referentes a corrupção e Assédio sexual; ☐ Não incentivar acções ligadas a corrupção

4 RECOMENDAÇÕES

1. Antes da viagem os parceiros das províncias devem receber planos/programa do encontro para saber que assuntos vão encontrar na reunião, outrossim, os parceiros devem enviar os trabalhos a serem apresentados para facilitar a organização;
2. As intervenções devem ser dirigidas a todas as organizações para melhor interação e aprofundamento dos temas em debate, isso ajudará a explorar mais conhecimentos que poderão fortalecer os parceiros;
3. Capacitação sobre monitoria e avaliação, sustentabilidade, elaboração de projecto de financiamento, cooperação entre as ONG nacionais e intervenção das organizações com actividades específicas para troca de experiência;
4. Mais debates e dinâmicas (exercícios práticos) tornariam as actividades mais interactivas e facilitaria a assimilação dos conteúdos. No que tange a logística, deve-se diminuir a distância entre a localização (hospedagem) dos participantes e harmonizar questões ligadas ao mata-bicho nos locais de acomodação;
5. Para as próximas reuniões deve-se trazer mais ferramentas ligadas a monitoria, género, Mídias, finanças e abordagens de relacionamento da APN com o governo;
6. Os assuntos sobre finanças devem ser mais debatidos, ou seja, devem ter mais tempo para se aprofundar mais.

ANEXOS

Anexo 1

Tema: HARMONIZAR PARA FORTALECER A ACTUAÇÃO DAS PARTES		
Chegada a 30 de Outubro		
Jantar de boas-vindas: 19:30		
Primeiro Dia: 31 de Outubro 2023		Responsabilidade
08:30	Registro dos participantes e orientações gerais	ACOORD e UPCI
09:00	Abertura • Notas de abertura	Administradora do Distrito; Diretor Regional da APN
09:15	Apresentação da síntese da última Reunião Anual de Parceiros da APN 2021	MULEIDE
09:30	Debate em plenária	Todos
10:00	Café	
10:30	Projeto MOZ18/0001	APN - Coordenador
10:40	• Agricultura de Conservação e Mudanças Climáticas	UPCT
11:50	• Advocacia na AC	AAAJC, LDH
12:00	Sessão de Debate sobre os temas apresentados	AMDER Manica
13:00	Almoço	
14:00	Projeto NORAD-SC	APN - Coordenadora
14:10	• Atualização do processo da aprovação da nova Política/Lei de terra	UNAC
14:20	• Critérios de alocação e gestão da percentagem das receitas destinadas no desenvolvimento das províncias, distritos e comunidades locais onde se implementam empreendimentos de exploração mineira. Decreto 40/23 de 13 de Junho	ACOORD
14:30	Sessão de Debate sobre os temas apresentados	Moderador UCA
15:30	Café	Todos
16:00	Fim do dia	ACOORD e UPCI
19:30	Jantar	Todos
Segundo Dia: 01 de Novembro 2023		Responsabilidade
08:00	Orientações gerais	ACOORD e UPCI
08:15	Resumo do dia anterior	UCAMA
08:35	Projeto de Emergência	APN – Coordenadora

RELATÓRIO DA REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA APN

08:45	• Coesão social e impacto do apoio humanitário da APN em Cabo Delgado	UPCCD
08:55	Sessão de Debate sobre os temas apresentados	UPCZ
10:00	Intervalo de Café	
10:10	Rede de parceiros da APN: Governo e outros actores	APN - Recursos Humanos & Relações Públicas
10:20	• Assembleias Provinciais e Autoridades Locais (Governo) – Relatórios e Planos Anuais	ACOORD
12:00	Intervalo de Almoço	
13:00	Assuntos Transversais: ações nas organizações e nas comunidades locais	APN
13:10	• Género: ao nível das organizações e dos projetos	MULEIDE
13:20	• CPP: Preparação e Proteção para o Conflito – proteção civil durante a guerra e conflito	APN
13:30	Sessão de Debate sobre os temas apresentados	UGCAN
14:30	Trabalhos em Grupo e Recomendações Técnicas para a equipa de finanças	APN – Gestor Financeiro
15:30	Café	
16:30	• Identificação de desafios e perspetivas comuns e como endereçar tendo em vista novos programas e a mudanças contextuais – Novas leis, PDI, Mudanças Climáticas, Terrorismo, etc.	Mesa Redonda TODOS Moderador: APN
17:15	Considerações finais • Intervenção do Diretor Regional • Intervenção do Gestor do Programas (<i>meeting takeaways</i>) • Foto de Família	Diretor Regional Gestor de Programas
18:00	Fim do dia	ACOORD e UPCI
19:30	Jantar	Todos
Terceiro Dia: 02 de Novembro 2023		Responsabilidade
08:30	Orientações gerais	ACOORD E UPCI
10:00	Visita ao CDCM, casas do reassentamento provisório, visitas à casa modelo do reassentamento definitivo, visita à Sasol	ACOORD
14:00	Regresso ao hotel	

RELATÓRIO DA REUNIÃO ANUAL DOS PARCEIROS DA APN

14:30	Almoço	
16:00	Encerramento	ACOORD e UPCI
19:30	Jantar de despedida	